

SUMÁRIO

Apresentação	21
Nota à quinta edição	23
Capítulo I	
DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO.....	25
1. Introdução	25
2. O movimento do constitucionalismo	26
3. Direito Constitucional	27
3.1. Conceito	27
3.2. Objeto.....	29
3.3. Espécies.....	29
4. Constituição.....	29
4.1. Conceito	29
4.2. Concepções sobre a Constituição.....	30
4.2.1. Sentido sociológico	30
4.2.2. Sentido político.....	30
4.2.3. Sentido jurídico	31
4.3. Teorias modernas de conceito de Constituição	32
4.3.1. Teoria da força normativa da Constituição (formulada pelo jurista alemão Konrad Hesse).....	32
4.3.2. Teoria da sociedade aberta dos intérpretes da Constituição (formulada pelo jurista alemão Peter Häberle e adotada, no Brasil, por Paulo Bonavides).....	33
4.3.3. Teoria da constitucionalização simbólica	33
4.4. Objeto.....	34
4.5. Elementos.....	34
4.6. Classificação	35
4.6.1. Quanto ao conteúdo.....	35
4.6.2. Quanto à forma	36
4.6.3. Quanto à origem	36
4.6.4. Quanto ao modo de elaboração	37
4.6.5. Quanto à estabilidade, alterabilidade ou mutabilidade.....	37
4.6.6. Quanto à extensão.....	38
4.6.7. Quanto à finalidade.....	38
4.6.8. Quanto à ideologia	38
4.6.9. Quanto ao objeto.....	38
4.6.10. Quanto à concordância entre as normas constitucionais e a realidade política (classificação ontológica)	39
4.6.11. Classificação da Constituição Federal de 1988	39
4.7. Estrutura da Constituição Brasileira de 1988.....	40

4.7.1. Preâmbulo.....	40
4.7.2. Parte dogmática	40
4.7.3. Disposições transitórias	40
4.8. Supremacia da Constituição.....	41
4.8.1. Supremacia material e formal.....	41
4.8.2. Supremacia e rigidez constitucionais	41
5. Quadro sinóptico	42
6. Exercícios de fixação.....	44

Capítulo II

NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	49
1. Classificação.....	50
1.1. Normas constitucionais materiais e formais	50
1.2. Normas-regras e normas-princípios	54
1.3. Normas constitucionais mandatórias e diretórias	56
1.4. Normas constitucionais “self-executing” e “non self-executing”.....	57
1.5. Normas constitucionais quanto a sua eficácia.....	57
2. Eficácia jurídica e eficácia social	61
3. Quadro sinóptico	63
4. Exercícios de fixação.....	64

Capítulo III

INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	67
1. Introdução	67
2. Princípios de hermenêutica constitucional.....	68
3. Métodos de hermenêutica constitucional	70
4. Interpretação conforme a Constituição	71
5. Quadro sinóptico	72
6. Exercícios de fixação.....	73

Capítulo IV

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	77
1. Conceito de princípio jurídico.....	77
2. Características dos princípios jurídicos.....	77
3. Princípios constitucionais	79
3.1. Princípios positivados e não-positivados	79
3.2. Princípios político-constitucionais e jurídico-constitucionais	79
4. Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	80
4.1. O princípio da dignidade da pessoa humana.....	81
5. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro.....	83
6. Princípios das relações internacionais.....	84
7. O Princípio do Estado Democrático de Direito.....	87
7.1. A lei no Estado Democrático de Direito	88
7.2. A democracia brasileira.....	89

8. Princípio republicano	91
9. Princípio federativo	92
9.1. Características principais do Estado federal	94
9.2. Distinção entre Estado federado e Estado unitário na atualidade	95
9.3. Origens	96
9.4. Federalismo no Brasil	96
10. Princípio da separação dos poderes	97
10.1. Separação não absoluta de poderes	98
10.2. Sistema de freios e contrapesos (<i>checks and balances</i>)	98
11. Sistemas de governo	99
12. Quadro sinóptico	99
13. Exercícios de fixação	101

Capítulo V

PODER CONSTITUINTE	105
1. Conceito	105
2. Origem	105
3. Natureza	106
4. Titularidade	108
5. Exercício	108
6. Veículo	109
7. Classificação	110
7.1. Poder constituinte material e formal	110
7.2. Poder constituinte histórico e revolucionário	110
7.3. Poder constituinte fundacional e pós-fundacional	111
7.4. Poder constituinte originário e derivado	111
8. Poder constituinte originário	111
8.1. Conceito	111
8.2. Características	112
8.3. Formas de expressão	113
9. Poder constituinte derivado	114
9.1. Conceito	114
9.2. Localização	115
9.3. Características	115
9.4. Espécies	116
9.4.1. Poder constituinte derivado reformador	116
9.4.1.1. Emenda constitucional	117
9.4.1.2. Revisão constitucional	119
9.4.1.3. Limites ao poder de reformar a Constituição	120
9.4.2. Poder constituinte derivado decorrente (poder constituinte estadual)	124
9.4.2.1. Espécies	124
9.4.2.2. Titularidade	125
9.4.2.3. Limites ao poder constituinte decorrente	126

9.5. Fenômenos de direito constitucional intertemporal.....	128
9.5.1. Recepção.....	128
9.5.2. Repristinação.....	129
9.5.3. Desconstitucionalização.....	129
10. Quadro sinóptico.....	129
11. Exercícios de fixação.....	131

Capítulo VI

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	137
1. Introdução.....	137
2. Fundamentos.....	137
3. Conceito e finalidade.....	138
4. Parâmetro e objeto do controle.....	139
5. Sistemas de controle de constitucionalidade.....	140
6. Tipos de controle.....	141
6.1. Quanto ao momento.....	141
6.2. Quanto aos órgãos competentes.....	141
6.3. Quanto à via utilizada.....	141
7. Espécies de inconstitucionalidade.....	142
7.1. Inconstitucionalidade material x Inconstitucionalidade formal.....	142
7.2. Inconstitucionalidade por ação x Inconstitucionalidade por omissão.....	142
7.3. Inconstitucionalidade imediata x Inconstitucionalidade mediata.....	143
7.4. Inconstitucionalidade originária x Inconstitucionalidade superveniente....	143
8. Controle de constitucionalidade no Brasil.....	144
8.1. Histórico.....	144
8.2. Controle Preventivo.....	146
8.3. Controle repressivo.....	148
8.3.1. Controle repressivo e político.....	151
8.3.2. Possibilidade de controle repressivo por meio de lei.....	152
9. Controle jurisdicional difuso ou aberto (e concreto).....	152
9.1. Cláusula de reserva de plenário.....	153
9.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	154
9.3. Possibilidade de ampliação dos efeitos pelo Senado Federal.....	155
9.4. Controle difuso e ação civil pública.....	156
10. Controle jurisdicional concentrado e abstrato.....	157
10.1. ADI genérica.....	158
10.2. ADI interventiva.....	175
10.3. ADI por omissão.....	176
10.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	178
10.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	180
11. Técnicas utilizadas no controle de constitucionalidade.....	186
12. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados.....	189
12.1. ADI estadual x Recurso Extraordinário ao STF.....	190
13. Exercícios de fixação.....	192

Capítulo VII	
A FEDERAÇÃO BRASILEIRA	205
1. Introdução	205
2. Aspectos do federalismo brasileiro	206
3. Componentes do Estado Federal.....	208
4. Vedações constitucionais de natureza federativa	209
5. A União	210
5.1. Bens da União (art. 20 da CF/88)	211
6. Os Estados federados (Estados-membros).....	213
6.1. Formação dos Estados.....	214
6.2. Bens dos Estados.....	215
7. O Distrito Federal.....	216
8. Os Municípios	217
8.1. Formação dos Municípios.....	219
9. Sistema de distribuição de competências.....	221
9.1. Competências administrativas ou materiais.....	222
9.2. Competências legislativas.....	223
9.2.1. Competência legislativa privativa da União – art. 22.....	223
9.2.2. Competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal – art. 24.....	227
9.2.3. Competências legislativas dos Estados-membros	228
9.2.4. Competências legislativas do Distrito Federal	229
9.2.5. Competências legislativas dos Municípios.....	229
10. Intervenção Federal.....	231
10.1. Hipóteses de Intervenção Federal	231
10.2. Espécies de Intervenção Federal.....	232
11. Intervenção do Estado no Município	234
11.1. Hipóteses de Intervenção Estadual	234
12. Quadro sinóptico	235
13. Exercícios de fixação.....	237
Capítulo VIII	
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	247
1. Introdução	247
2. Acepção material e formal	247
3. Origem.....	248
4. Classificação.....	248
5. Natureza jurídica.....	249
6. Caracteres.....	250
7. Teoria “dos limites dos limites”	251
8. Destinatários.....	252
9. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	252
10. Direitos fundamentais e cláusulas pétreas.....	253

11. Direitos fundamentais e Tratados Internacionais	253
12. Tribunal Penal Internacional	254

Capítulo IX

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS.....	257
1. Direito à vida.....	257
1.1. Pena de morte.....	260
1.2. Tortura.....	261
1.3. Eutanásia	263
1.4. Aborto	264
2. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem.....	266
2.1. Inviolabilidade Domiciliar	268
2.2. Sigilo de Correspondência e de Comunicação.....	269
2.3. Sigilo de Dados Bancários e Fiscais	270
3. Direito de igualdade – isonomia	271
3.1. Princípio da Igualdade e concursos públicos	272
3.2. Direito de Igualdade entre Homens e Mulheres	273
3.3. Princípio da Igualdade Jurisdicional.....	273
3.4. Princípio da Igualdade perante a Tributação.....	273
4. Direito de liberdade.....	274
4.1. Liberdade de ação e Princípio da legalidade.....	274
4.2. Liberdade de Locomoção.....	275
4.3. Liberdade de pensamento	275
4.3.1. Vedação do anonimato.....	275
4.4. Liberdade de Consciência e de crença religiosa	277
4.5. Liberdade de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política x Escusa de Consciência	277
4.6. Liberdade de Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	277
4.7. Liberdade de informação	278
4.8. Liberdade de Ação Profissional	279
5. Direito de reunião.....	279
6. Direito de associação.....	280
7. Princípio do juiz natural	281
8. Princípio do devido processo legal	285
9. Princípios implícitos da razoabilidade e da propor- cionalidade	286
10. Ampla defesa e contraditório	287
10.1. Amplitude do contraditório e da ampla defesa	288
10.2. Contraditório e ampla defesa no processo civil e no processo penal.....	290
10.3. Contraditório e a utilização de prova emprestada.....	291
10.4. Anulação de ato administrativo e necessidade de contraditório	291
10.5. Ampla defesa e depósito prévio para recursos judiciais e administrativos	292

11. Inadmissibilidade de provas ilícitas	296
11.1. Provas ilícitas por derivação e teoria dos frutos da árvore envenenada	298
11.2. Provas ilícitas e princípio da proporcionalidade	299
12. Direito de propriedade	302
12.1. Limitações ao Direito de Propriedade	303
12.2. Propriedade – bem de família	304
12.3. Propriedade autoral	304
12.4. Propriedade de Inventos, de marcas de indústrias e de nomes de empresas	304
12.5. Direito de Herança	305
13. Garantias constitucionais	305
13.1. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou do direito de ação ou do livre acesso ao Poder Judiciário	305
13.1.1. Análise do dispositivo constitucional	306
13.1.2. Conteúdo do acesso à Justiça	307
13.1.3. Exigência de uma tutela jurisdicional “qualificada”	308
13.1.4. Sistema de jurisdição una e exceção constitucional	309
13.1.5. Diferenças entre direito de ação e direito de petição	310
13.1.6. Condições da ação e pressupostos processuais e o direito de ação	312
13.1.7. Compromisso arbitral e direito de ação	313
13.2. Princípio da segurança das relações jurídicas	315
13.3. Publicidade dos atos processuais	317
13.4. Garantias constitucionais em matéria penal	319
13.5. Razoável duração dos processos judiciais e administrativos	330
13.6. Remédios Constitucionais	331
13.6.1. Direito de petição	332
13.6.2. Direito de certidão	332
13.6.3. <i>Habeas corpus</i>	333
13.6.4. Mandado de Segurança	334
13.6.4.1. Mandado de segurança coletivo	337
13.6.5. Mandado de injunção	339
13.6.6. <i>Habeas Data</i>	341
13.6.7. Ação Popular	343
14. Quadro sinóptico dos direitos	345
15. Quadro sinóptico das garantias	346
16. Exercícios de fixação	348

Capítulo X

DIREITOS SOCIAIS	361
1. Eficácia dos direitos sociais	362
2. Teoria da reserva do financeiramente possível	362
3. Classificação dos direitos sociais	363

4. Direitos individuais dos trabalhadores	363
5. Direitos coletivos dos trabalhadores	408
5.1. Liberdade de associação profissional ou sindical	409
5.1.1. Liberdade de criação de sindicato e a autonomia sindical (CF, art. 8.º, I)	410
5.1.2. Direito de defender administrativa ou judicialmente os interesses da categoria (CF, art. 8.º, III)	413
5.1.3. Possibilidade de cobrar contribuições (CF, art. 8.º, IV)	415
5.1.4. Participação obrigatória nas negociações coletivas de trabalho (CF, art. 8.º, VI)	416
5.1.5. Direito de eleger diretores sindicais e representantes da categoria (CF, art. 8.º, VIII)	417
5.2. Direito de greve	419
5.3. Direito de representação	422
6. Quadro sinóptico	423
7. Exercícios de fixação	427

Capítulo XI

DIREITOS DE NACIONALIDADE	431
1. Conceito	431
2. Natureza jurídica	431
3. Conceitos correlatos	432
4. Espécies de nacionalidade	433
5. Brasileiros natos – nacionalidade originária	435
6. Brasileiros naturalizados – nacionalidade secundária	441
7. Português equiparado	444
8. Conflito positivo e negativo de nacionalidade	446
9. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado	447
10. Perda da nacionalidade	449
11. Idioma e símbolos nacionais	452
12. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil	453
13. Quadro sinóptico	458
14. Exercícios de fixação	459

Capítulo XII

DIREITOS POLÍTICOS	461
1. Direitos políticos positivos	461
1.1. Capacidade eleitoral ativa	463
1.2. Elegibilidade	463
2. Direitos políticos negativos	464
2.1. Inelegibilidades	464
2.2. Privação dos direitos políticos	467
3. Partidos Políticos	468

4.	Quadro sinóptico	470
5.	Exercícios de fixação.....	471
Capítulo XIII		
PODER LEGISLATIVO		
1.	Introdução	475
2.	Funções típicas e atípicas do Poder Legislativo.....	476
3.	Congresso Nacional	476
3.1.	Das reuniões.....	477
3.2.	A Mesa do Congresso Nacional.....	478
3.3.	As Comissões.....	478
3.4.	Atribuições do Congresso Nacional.....	479
4.	Câmara dos Deputados.....	479
4.1.	Atribuições da Câmara dos Deputados	480
5.	Senado Federal.....	481
5.1.	Atribuições do Senado Federal	481
6.	Fiscalização: função típica do legislativo	484
6.1.	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's).....	484
6.1.1.	Limites ao poder investigatório das CPI's.....	486
6.2.	Tribunal de Contas.....	489
6.2.1.	Atuação dos Tribunais de Contas em face de atos e contratos administrativos	492
6.2.2.	Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	492
6.2.3.	Julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo	494
7.	Imunidades Parlamentares	494
7.1.	Imunidade Material (“freedom of speech”).....	495
7.1.1.	A diferença entre as opiniões, palavras e votos proferidos dentro e fora do recinto parlamentar	496
7.2.	Imunidade Formal.....	497
7.2.1.	Imunidade Formal em relação à prisão (“freedom from arrest”) ...	497
7.2.2.	Imunidade Formal em relação ao processo	498
7.2.3.	Prerrogativa de foro em razão da função.....	499
7.2.3.1.	Imunidade parlamentar durante a licença	501
7.2.4.	Prerrogativa de foro de Deputados Estaduais e Vereadores	502
7.2.5.	Prerrogativa de foro e concurso de agentes	504
7.3.	Forças Armadas.....	504
7.4.	Obrigação de testemunhar.....	504
7.5.	Estado de defesa e estado de sítio	504
7.6.	Quadro-resumo das prerrogativas de foro e imunidades dos membros do Poder Legislativo.....	505
8.	Incompatibilidades e impedimentos dos Parlamentares	506
9.	Perda do mandato dos Parlamentares.....	507
10.	Quadro sinóptico	509
11.	Exercícios de fixação.....	510

Capítulo XIV

PROCESSO LEGISLATIVO	515
1. Classificação.....	516
2. Processo legislativo ordinário	516
2.1. Iniciativa	517
2.1.1. Espécies de iniciativa	517
2.1.2. Iniciativa privativa do Presidente da República	518
2.1.3. Iniciativa de lei do Poder Judiciário	520
2.1.4. Iniciativa de lei do Ministério Público	520
2.1.5. Iniciativa Popular de lei.....	521
3. Deliberação parlamentar (discussão + votação).....	521
3.1. O papel das Comissões	521
3.2. Emendas parlamentares	522
3.3. Aprovação ou Arquivamento do PL.....	523
3.4. A Casa Revisora	524
3.5. Prazo para a deliberação parlamentar: Processo Legislativo Sumário ...	525
4. Sanção ou veto	526
4.1. Sanção	526
4.1.1. Sanção x vício de iniciativa.....	527
4.2. Veto	527
5. Promulgação.....	529
6. Publicação	529
7. Espécies normativas	529
7.1. Emendas Constitucionais	529
7.2. Leis Complementares.....	530
7.2.1. Hierarquia da Lei Complementar	531
7.3. Leis Ordinárias.....	531
7.4. Leis Delegadas	532
7.4.1. Limites materiais às leis delegadas.....	533
7.5. Decretos Legislativos	533
7.5.1. Decretos Legislativos e Tratados e Atos Internacionais	534
7.6. Resoluções	536
7.7. Medidas Provisórias.....	536
7.7.1. Processo Legislativo da medida provisória	538
7.7.2. Trancamento de pauta (regime de urgência)	539
7.7.3. Conversão em lei (com ou sem alterações) ou rejeição da MP ..	539
7.7.4. Perda de eficácia.....	541
7.7.5. Possibilidade de reedição	541
7.7.6. Limites Materiais à edição de Medidas Provisórias	542
7.7.7. Controle dos requisitos de relevância e urgência da MP.....	543
7.7.8. Medida provisória x legislação anterior	543
7.7.9. Medidas Provisórias e controle de constitucionalidade.....	543
7.7.10. Medidas Provisórias nos Estados-membros e Municípios	544

8. Quadro sinóptico	544
9. Exercícios de fixação.....	545

Capítulo XV

PODER EXECUTIVO	551
1. Funções típicas e atípicas	551
2. Sistema presidencialista brasileiro atual	552
2.1. O vice-presidente	552
3. Atribuições do Presidente da República	554
3.1. Atribuições de chefia de Estado	554
3.2. Atribuições de chefia de Governo	554
3.3. Atribuições de chefia da Administração	555
3.4. Possibilidade de delegação	556
4. Imunidades do Presidente da República	556
5. Responsabilização do Presidente da República	558
6. Órgãos auxiliares do Presidente da República	559
6.1. Ministros de Estado.....	559
6.2. Conselho da República	560
6.3. Conselho de defesa nacional.....	560
7. Quadro-resumo das prerrogativas de foro e imunidades dos Chefes do Poder Executivo	562
8. Quadro sinóptico	563
9. Exercícios de fixação.....	563

Capítulo XVI

PODER JUDICIÁRIO	569
1. Funções típicas e atípicas	569
2. Garantias do Poder Judiciário	570
2.1. Garantias institucionais.....	570
2.2. Garantias aos membros.....	571
2.2.1. Garantias de liberdade	571
2.2.2. Garantias de imparcialidade	572
2.3. Prerrogativa de foro dos juízes e membros do MP	574
2.3.1. Quadro-resumo	575
3. Organização do Poder Judiciário	575
4. Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário	579
4.1. STF.....	579
4.2. STJ	579
4.3. Quadro comparativo das competências do STF e do STJ.....	580
4.3.1. Recurso extraordinário	586
4.3.2. Súmula vinculante	588
4.3.3. Conselho Nacional de Justiça.....	591
4.3.3.1. Composição	592

4.3.3.2.	Atribuições.....	593
4.3.3.3.	Ministro-Corregedor.....	595
4.4.	Justiça Eleitoral.....	596
4.4.1.	TSE.....	596
4.4.2.	TRE's, Juízes e Juntas Eleitorais.....	596
4.5.	Justiça do Trabalho.....	597
4.5.1.	TST.....	598
4.5.2.	TRT's.....	598
4.5.3.	Juízes do Trabalho.....	599
4.5.4.	Competência da Justiça do Trabalho.....	599
4.6.	Justiça Militar.....	603
4.7.	Justiça Estadual e do DF.....	604
4.8.	A regra do “quinto constitucional”.....	606
4.9.	Tribunais Regionais Federais (TRF's).....	607
4.10.	Juízes Federais.....	608
4.11.	Delegação da jurisdição federal ao juiz estadual.....	616
5.	Precatórios.....	617
6.	Quadro sinóptico.....	620
7.	Exercícios de fixação.....	622

Capítulo XVII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	629
1. Ministério Público.....	629
1.1. Funções institucionais do MP.....	635
1.2. Conselho Nacional do Ministério Público.....	638
1.2.1. Composição.....	638
1.2.2. Atribuições.....	639
1.2.3. Corregedor Nacional.....	640
2. Advocacia Pública.....	640
3. Advocacia.....	642
4. Defensoria Pública.....	643
5. Quadro sinóptico.....	644
6. Exercícios de fixação.....	646

Capítulo XVIII

ORDEM ECONÔMICA.....	649
1. Dos princípios gerais da ordem econômica.....	650
2. Atividade econômica x serviço público.....	651
3. Atuação do Estado no domínio econômico.....	652
4. Empresas Estatais exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público.....	653
5. Da política urbana.....	657
5.1. Desapropriação de imóvel urbano.....	657

5.2. Usucapião constitucional de área urbana.....	659
6. Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.....	659
6.1. Destinação das terras públicas e devolutas.....	661
6.2. Usucapião constitucional de área rural.....	661
7. Do sistema Financeiro Nacional.....	661
8. Quadro sinóptico.....	662
9. Exercícios de fixação.....	663

Capítulo XIX

ORDEM SOCIAL	667
1. Introdução.....	667
2. Da seguridade social.....	668
2.1. Introdução.....	668
2.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	670
2.3. Da Saúde.....	697
2.3.1. Introdução.....	697
2.3.2. Competência federativa.....	699
2.3.3. Análise dos dispositivos constitucionais.....	701
2.4. Da Previdência Social.....	710
2.4.1. Introdução.....	710
2.4.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	711
2.5. Da Assistência Social.....	725
2.5.1. Introdução.....	725
2.5.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	726
3. Da educação.....	729
3.1. Introdução.....	729
3.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	730
4. Da cultura.....	752
4.1. Introdução.....	752
4.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	753
5. Do desporto.....	758
5.1. Introdução.....	758
5.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	758
6. Da ciência e tecnologia.....	762
6.1. Introdução.....	762
6.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	763
7. Da comunicação social.....	764
7.1. Introdução.....	764
7.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	765
8. Do meio ambiente.....	774
8.1. Introdução.....	774
8.2. Direito ao meio ambiente.....	776
8.3. Espécies de meio ambiente.....	777

8.4. Competências federativas	778
8.5. Princípios em matéria de meio ambiente	780
8.6. Análise do art. 225	783
9. Da família, da criança, do adolescente e do idoso	791
9.1. Introdução	791
9.2. Análise dos dispositivos constitucionais.....	792
10. Dos índios.....	811
10.1. Introdução	811
10.2. Proteção legislativa do índio	812
10.3. Capacidade civil e criminal do índio	813
10.4. Competência da Justiça Federal.....	815
10.5. Análise dos dispositivos constitucionais.....	816
11. Quadro sinóptico	824
12. Exercícios de fixação	831
Bibliografia	837